

Avaliação Externa das Escolas **Relatório de escola**

Agrupamento de Escolas de Vilar Formoso ALMEIDA

Delegação Regional do Centro da IGE

Datas da visita: 20, 23 e 24 de Março de 2009

I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do **Agrupamento de Escolas de Vilar Formoso** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada nos dias **20, 23 e 24 de Março de 2009**

Os capítulos do relatório — Caracterização do Agrupamento, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais do Agrupamento, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, encontra-se no sítio da IGE em: www.ige.min-edu.pt

Escala de avaliação

Níveis de classificação dos cinco domínios

MUITO BOM – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

BOM – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

SUFICIENTE – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

INSUFICIENTE – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

II - CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Vilar Formoso, localizado na vila que lhe dá o nome, é constituído por um jardim-de-infância, três escolas do 1.º ciclo e uma escola dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico com ensino secundário (Escola Sede). Os estabelecimentos de educação e ensino apresentam, na generalidade, boas condições físicas de habitabilidade e de segurança, sendo de realçar a qualidade dos espaços laboratoriais e desportivos da Escola Sede.

No presente ano lectivo é frequentado por 358 crianças e alunos: 10 na educação pré-escolar (1 grupo), 119 no primeiro ciclo (8 turmas), 68 no 2.º ciclo (3 turmas), 84 no 3.º ciclo (6 turmas) e 76 no ensino secundário (5 turmas). A diminuição da população do Concelho de Almeida tem contribuído, nos últimos anos, para o decréscimo de alunos.

O apoio social escolar abrange 55% dos discentes, sendo 8 da educação pré-escolar, 76 do 1.º ciclo, 48 do 2.º ciclo, 41 do 3.º ciclo e 24 do ensino secundário. Foram atribuídas bolsas de mérito a 8 alunos. Relativamente aos pais e encarregados de educação, destaca-se que 48,8% possuem habilitação académica até ao 2.º ciclo e 8,1% têm formação de nível superior. Quanto à sua área laboral, é de assinalar que 34,8% exercem funções no sector dos serviços e 18,7% são operários.

O corpo docente é composto por 58 educadores e professores, dos quais 91% pertencem aos quadros. A instituição conta, ainda, com a colaboração de uma Psicóloga contratada. O pessoal não docente é formado por 7 assistentes técnicos e 32 assistentes operacionais, 16 dos quais com contrato individual de trabalho por tempo indeterminado.

III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

1. RESULTADOS

SUFICIENTE

Os resultados internos dos alunos são analisados regularmente e confrontados, no final de cada ano lectivo, com as classificações das provas nacionais – provas de aferição dos 4.º e 6.º anos e exames nacionais do 9.º ano e do ensino secundário. São apreciadas, também, as aprendizagens efectuadas pelas crianças da educação pré-escolar. Em consequência desta reflexão, foram estabelecidas algumas acções de melhoria, consubstanciadas na implementação de aulas de apoio a determinadas disciplinas.

Nos últimos três anos as taxas de conclusão não tiveram um progresso sustentado em todos os ciclos do ensino básico e, no ano lectivo 2007/08, apenas no 1.º ciclo a taxa de conclusão se posicionou acima do referente nacional (em 4,6 pontos percentuais). No mesmo período de tempo, no ensino secundário, verifica-se uma acentuada melhoria das taxas de conclusão, quer nos cursos científico-humanísticos (86,7% em 2007/08), quer no curso tecnológico (100% em 2007/08), acima dos referentes nacionais.

No curso de educação e formação o sucesso foi de 100 %.

Os resultados nas provas externas não têm apresentado uma evolução regular. Nas provas de aferição, de 2006/07 e 2007/08, o desempenho dos alunos em Língua Portuguesa ficou acima da referência nacional no 4.º ano e abaixo no 6.º ano, enquanto que, em Matemática, se registou o inverso. Nos exames nacionais do 9.º ano, realizados entre 2005/06 e 2007/08, a melhoria foi pouco significativa sendo que, no último ano, a taxa de sucesso em Língua Portuguesa se situou 20,7 pontos percentuais abaixo da nacional.

Em relação ao ensino secundário, nos últimos três anos, as classificações de exame têm vindo a melhorar, mas apenas em 2007/08 é que, nas disciplinas de Biologia e Geologia e de Física e Química A, ficaram ligeiramente acima dos referentes nacionais (respectivamente, 0,7 e 1,0 valores). De realçar as discrepâncias entre as classificações internas e externas nas disciplinas de Biologia e Geologia e de Matemática, no ano lectivo 2005/2006 (7,7 e 8,5 valores, respectivamente), assim como na disciplina de Física e Química A, no ano lectivo de 2006/2007 (10,2 valores).

O trabalho desenvolvido em parceria com a rede social do concelho tem contribuído para a taxa de 0% de abandono escolar no ensino básico, bem como para a sua redução no ensino secundário.

Os alunos são incentivados a participar na organização de alguns eventos escolares e as suas propostas são tidas em conta, designadamente no âmbito do Plano Anual de Actividades. As normas internas são divulgadas, permitindo a existência de um comportamento disciplinado.

O serviço educativo prestado pelo Agrupamento é reconhecido pela comunidade, sendo a redução do número de discentes que se perspectiva uma condicionante do alargamento a novas ofertas formativas.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

SUFICIENTE

A articulação intra e interdepartamental é pouco consistente, não assegurando a interligação dos saberes disciplinares nem a sequencialidade das aprendizagens.

O acompanhamento e a supervisão da prática lectiva não incluem a observação de aulas. Também não estão definidas formas de actuação junto de docentes que manifestem dificuldades na leccionação. Existem algumas práticas que contribuem para a confiança nos resultados escolares, mas a falta de procedimentos, consistentes e sistemáticos, não tem permitido reduzir a diferença entre as classificações internas e as de exame em algumas disciplinas.

São promovidos apoios educativos para colmatar as dificuldades de aprendizagem, incluindo as dos alunos que revelam necessidades educativas especiais de carácter permanente. As taxas de sucesso dos planos de recuperação e de acompanhamento aplicados não são expressivas, verificando-se que, no ano lectivo transacto, foram de 78,6% e 70%, respectivamente.

A oferta educativa procura ter em conta as dimensões culturais, sociais e artísticas, que são concretizadas através de actividades de enriquecimento curricular e de diversos projectos.

A prática activa na aprendizagem das ciências é valorizada, essencialmente ao nível do ensino secundário.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

O Projecto Educativo e o Projecto Curricular não se constituem como instrumentos de gestão pedagógica, nem são referentes para a acção dos profissionais.

O Conselho Executivo programa criteriosamente as actividades essenciais do ciclo anual da gestão e procede a uma afectação adequada dos recursos humanos, garantindo o bom funcionamento dos serviços. O pessoal docente e não docente conhece as suas áreas de acção e mostra-se satisfeito quanto ao processo de integração. É assegurada a ocupação plena dos tempos escolares dos alunos na ausência temporária dos professores.

Os recursos materiais e financeiros são bem geridos, respondendo às necessidades da instituição. É evidente a preocupação com a manutenção e a segurança das instalações e dos equipamentos. As receitas próprias são relevantes e a sua aplicação tem tido um impacto positivo na disponibilização de instrumentos de apoio ao ensino e à aprendizagem.

As medidas implementadas têm sido eficazes no reforço e envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar, traduzindo-se, especialmente, na elevada percentagem dos que realizam um acompanhamento efectivo dos respectivos educandos e na participação regular dos seus representantes nos órgãos e nas estruturas educativas.

Os princípios de equidade e justiça, a igualdade de oportunidades e a inclusão escolar são materializados, em particular, através de medidas para a resolução de conflitos e dos problemas de aprendizagem, bem como da criação de condições iguais para todos os discentes.

4. LIDERANÇA

BOM

O Agrupamento tem uma visão para o seu progresso, expressa nos Projectos Educativo e Curricular recentemente implementados. Foram determinadas metas quantificáveis, mormente para os resultados escolares, mas não são utilizadas na aferição contínua dos progressos e na redefinição de estratégias de melhoria.

Existe colaboração entre os diferentes órgãos e estruturas na procura de soluções para os problemas. Para atenuar os efeitos do absentismo do pessoal docente, o Conselho Executivo implementou um sistema adequado de ocupação plena dos tempos escolares dos alunos.

Os professores e o pessoal não docente revelam sentir-se bem no Agrupamento e demonstram motivação e empenho no exercício das suas funções. No entanto, nalgumas disciplinas, verificam-se elevadas taxas de insucesso, não sendo relevante o papel dos responsáveis na concepção e execução de planos consistentes e eficazes de melhoria.

Os projectos inovadores e a rede de parcerias implementados desempenham um papel importante no aperfeiçoamento das condições dos processos de ensino e aprendizagem.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

[SUFICIENTE

Os procedimentos de auto-regulação são pouco desenvolvidos e não abrangem as áreas fundamentais do Agrupamento. Não existe uma equipa responsável pela avaliação interna.

São identificados alguns pontos fracos ao nível dos resultados escolares e concretizadas algumas acções de melhoria, mas ainda sem um impacto expressivo nos resultados dos alunos nas provas externas.

IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

1. RESULTADOS

1.1 SUCESSO ACADÉMICO

São analisadas as aprendizagens e os resultados das crianças e dos alunos no final de cada período lectivo. As classificações internas são comparadas com as das provas de aferição dos 4.º e 6.º anos e as dos exames nacionais do 9.º ano e do ensino secundário. Este estudo tem conduzido à implementação de algumas estratégias de melhoria, destacando-se as aulas de apoio educativo nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês e Ciências Físico-Químicas.

No período de 2005/06 a 2007/08 a taxa de conclusão do 1.º ciclo passou de 94,4% para 100%; no 2.º ciclo de 100% para 91,2% e no 3.º ciclo de 71,4% para 78,1%. Em 2007/08, estas taxas posicionaram-se acima dos respectivos referentes nacionais no 1.º ciclo (4,6 pontos percentuais) e abaixo nos 2.º e 3.º ciclos (0,4 e 7,6 pontos percentuais, respectivamente). No ensino secundário, no mesmo triénio, observa-se um aumento significativo das taxas de conclusão, quer nos cursos científico-humanísticos quer nos tecnológicos, que passaram, respectivamente, de 33,3% e 41,7%, em 2005/06, para 86,7% e 100%, em 2007/08, sendo que, no último ano lectivo, superaram a média nacional (64,8%). No curso de educação e formação verificou-se uma taxa de conclusão de 100%, tendo prosseguido estudos 66,6% dos alunos.

No último biénio, os resultados dos discentes nas provas de aferição do 4.º ano ficaram acima dos nacionais na disciplina de Língua Portuguesa (2006/07: 95,2%/90,6%; 2007/08: 94,8%/89,5%) e abaixo na disciplina de Matemática (2006/07: 66,6%/83,1%; 2007/08: 85,4%/90,8%). No 6.º ano, as taxas de sucesso nas provas de aferição foram inferiores às nacionais na disciplina de Língua Portuguesa

(2006/07: 73,7%/83,3%; 2007/08: 90,3%/93,4%) e superiores na disciplina de Matemática (2006/07: 61,1%/56,9%; 2007/08: 86,6%/81,8%).

Nos exames nacionais do 9.º ano, no triénio 2005/08, a percentagem de classificações positivas na disciplina de Língua Portuguesa passou de 60% para 62,5%, ficando abaixo da nacional (83,2%), e, em Matemática, de 55% para 55,2%, situando-se ligeiramente acima da nacional (55,1%).

No ensino secundário as classificações de exame (no total das duas fases) têm vindo a melhorar, embora se mantenham, na generalidade das disciplinas, abaixo dos referentes nacionais. Em Português a média das classificações evoluiu de 9,2 valores, em 2005/06, para 10,2 em 2007/08 (abaixo da nacional em 2,5 e 0,6 valores, respectivamente) e, em Matemática, de 3,8 valores para 12,1 (abaixo da nacional em 4,3 e 1,2 valores, respectivamente). Em Biologia e Geologia a média passou de 7,9 valores para 11,6 e, em Física e Química A, de 6,8 para 10,4. Em ambos os casos foram superados os referentes nacionais em 2007/08, respectivamente, em 0,7 e 1,0 valores. Algumas disciplinas apresentam resultados substancialmente abaixo das classificações internas: menos 10,2 valores, em 2006/07, na Física e Química A, menos 7,7 valores, em 2005/06, na Biologia e Geologia e menos 8,5 valores, em 2005/06, na Matemática.

Decorrente do trabalho articulado do Agrupamento com os seus parceiros, nos dois últimos anos não houve abandono escolar no ensino básico e, no ensino secundário, em 2007/08, foi de 1,4%.

1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Os discentes são envolvidos em alguns assuntos da vida escolar, nomeadamente na organização de eventos culturais e desportivos (p. ex., desfile de moda e torneios inter-turmas). As suas iniciativas são propostas aos professores e integradas no Plano Anual de Actividades. Na educação pré-escolar são atribuídas tarefas às crianças com o objectivo de as responsabilizar (p. ex., rega das plantas e separação do lixo).

É realizada a divulgação dos documentos estruturantes do Agrupamento, sobretudo nas aulas de Formação Cívica e nas actividades de enriquecimento curricular. Em geral, os alunos revelam conhecer o Regulamento Interno e o Plano Anual de Actividades.

1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

Existe uma boa relação entre os discentes e entre estes e o pessoal docente e não docente. Os casos de indisciplina são raros, não havendo, nos últimos três anos, registo de qualquer processo disciplinar. Alguns comportamentos de risco, ao nível da saúde, são devidamente acompanhados. A acção desenvolvida no âmbito do projecto “Escolas Promotoras de Saúde” tem contribuído para fomentar hábitos de vida saudável. São implementadas algumas estratégias potenciadoras da aquisição de competências sociais, designadamente nas actividades de enriquecimento curricular.

1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

A maioria dos alunos tem uma percepção positiva da instituição e pretende prosseguir estudos. É notória a diminuição do número de discentes que opta por outro estabelecimento para a frequência do ensino secundário. Os pais demonstram satisfação pelo trabalho realizado.

O alargamento da oferta educativa nos últimos anos (cursos de educação e formação, cursos tecnológicos e cursos profissionais) concorre para a valorização, por parte das associações, das empresas e das autarquias, do serviço prestado pelo Agrupamento. Também, a formação em contexto de trabalho tem tido um impacto positivo na ligação com a comunidade. Porém, o decréscimo da população escolar poderá condicionar a diversidade dessa oferta.

2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

A coordenação pedagógica interdepartamental tem sido pouco relevante. É no âmbito disciplinar, com dinâmicas próprias e diferenciadas, que se realizam algumas acções em comum, especialmente no que diz respeito à planificação das actividades lectivas, à construção de matrizes de avaliação (de forma pontual) e à produção de testes e outros materiais. No departamento de ciências sociais e humanas estão a ser desenvolvidos alguns procedimentos no sentido de promover a articulação curricular por ano de escolaridade e ciclo de estudo.

A sequencialidade das aprendizagens entre anos de escolaridade e níveis de ensino é prosseguida através da avaliação diagnóstica realizada no início de cada ano lectivo. No entanto, os resultados desta avaliação não são devolvidos aos professores dos anos/ciclos precedentes nem têm contribuído para o ajustamento de estratégias. No final de cada ano lectivo procede-se ao levantamento das competências menos trabalhadas em cada turma que, no ano seguinte, são tidas em conta no respectivo projecto curricular.

Os processos de interacção não estão suficientemente generalizados e consolidados ao nível dos diversos órgãos e estruturas do Agrupamento. O Projecto Educativo, recentemente implementado, prevê a necessidade de melhorar o trabalho colaborativo através do aumento do número de reuniões dos conselhos de docentes e de turma.

O serviço de psicologia efectua um programa de consulta e apoio individual, bem como de orientação escolar e profissional dos alunos, que inclui a organização de sessões informativas sobre o acesso ao ensino superior.

2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

O balanço do cumprimento das planificações e das medidas implementadas, realizado nas reuniões intercalares e de final de período lectivo dos conselhos de turma e dos departamentos curriculares, permite algum acompanhamento da actividade docente. Contudo, não se procede à supervisão das práticas lectivas em contexto de sala de aula, nem estão estabelecidas formas de orientação dos professores que manifestem dificuldades na leccionação.

A existência de algumas práticas de trabalho conjunto, em particular na proposta de critérios de avaliação, na planificação das actividades lectivas e na elaboração de testes e das respectivas matrizes em determinados grupos disciplinares, bem como o exercício da auto e hetero-avaliação, contribuem para a confiança na avaliação das aprendizagens. Porém, a falta de procedimentos globais e sistemáticos neste campo não tem permitido, em algumas disciplinas, reduzir a diferença entre a classificação interna final e a classificação externa.

O Agrupamento tem promovido algumas acções de formação, nomeadamente no âmbito da avaliação por competências, da educação especial, das bibliotecas escolares e das tecnologias de informação e comunicação.

2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

As crianças e os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente (18, no presente ano lectivo) são devidamente referenciados e encaminhados para os serviços especializados de apoio que, em articulação com as famílias, estabelecem programas educativos adequados. Na execução destes programas intervêm, quando necessário, técnicos especializados externos de instituições locais (p. ex., terapeutas da fala e técnicos de motricidade). Contudo, por falta de recursos, nem todos estes discentes beneficiam do apoio directo dos professores da educação especial.

Várias entidades (Câmara Municipal e empresas) facultam a concretização das componentes profissionalizantes dos currículos daqueles alunos.

São implementadas várias medidas para responder às dificuldades de aprendizagem, tais como salas de estudo, aulas de apoio pedagógico, tutorias (acompanhamento e aconselhamento semanal individualizado de 45 minutos a 12 alunos) e estudo acompanhado. No ano lectivo 2007/08, transitaram 78,6% dos alunos com planos de recuperação e 70% com planos de acompanhamento.

2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

A oferta educativa é diversificada, abrangendo as componentes culturais, sociais e artísticas. São desenvolvidos projectos e actividades de enriquecimento curricular devidamente planeados (p. ex., participação no Congresso Jovens Cientistas na Universidade de Coimbra). Na educação pré-escolar é oferecida às crianças Natação, o contacto com Novas Tecnologias e “Actividades Variadas” e, no 1.º ciclo, Inglês, Apoio ao Estudo e Actividades Desportivas. Destacam-se, também, as acções do Plano Nacional de Leitura, do Plano de Acção para a Matemática, dos Projectos Educação para a Saúde e Desporto Escolar, bem como da biblioteca (integrada na Rede de Bibliotecas Escolares). Saliente-se que este espaço é muito frequentado e que os alunos são devidamente acompanhados e orientados. Várias destas iniciativas (p. ex., o Plano de Acção para a Matemática) têm contribuído para alguma melhoria dos resultados escolares.

A Escola Sede dispõe de laboratórios bem apetrechados para o ensino experimental, que é desenvolvido com mais frequência no ensino secundário e menos nos outros ciclos de estudo, sobretudo no 2.º ciclo.

3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

Os Projectos Educativo e Curricular, implementados pela primeira vez no ano lectivo de 2007/08, não se constituem como instrumentos orientadores do planeamento, nem como referência para os profissionais, embora definam a organização pedagógica e administrativa do Agrupamento. É visível a preocupação em alinhar o Plano Anual com os objectivos do Projecto Educativo, mas a transversalidade e a articulação curricular não transparecem das diferentes acções propostas.

A organização do ano lectivo é objecto de planificação, divulgada em tempo oportuno, a qual garante o adequado estabelecimento das actividades e a explicitação de procedimentos (p. ex., reuniões com os encarregados de educação). A gestão do tempo escolar e a atribuição das áreas curriculares não disciplinares revelam alguma coerência com as prioridades expressas no Projecto Educativo (p. ex., a área do Estudo Acompanhado no 6.º ano é ministrada por uma equipa de professores de Matemática e de Português, considerando a necessidade de melhorar o sucesso nestas disciplinas).

É dada prioridade à permuta de aulas, com o objectivo de rentabilizar os tempos lectivos e cumprir os programas. As actividades de ocupação plena dos tempos escolares dos alunos, em caso de ausência temporária do professor, estão bem organizadas.

Existem várias formas de divulgação dos documentos estruturantes, das quais se destacam as reuniões dos docentes e dos directores de turma com os pais e encarregados de educação, para entrega e discussão da informação mais importante, bem como a publicitação na Internet através da plataforma Moodle¹.

¹ Ferramenta informática que apoia docentes e alunos nas actividades de ensino e aprendizagem.

3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O Conselho Executivo conhece as competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente, gere eficazmente os recursos humanos e garante o bom funcionamento dos diversos sectores.

A atribuição do serviço aos professores obedece a critérios fixados pelo Conselho Pedagógico (p. ex., continuidade das equipas docentes e a sua adequação às características das turmas).

Os diversos elementos conhecem as suas áreas de acção, respeitam as normas definidas e mostram-se bem integrados. Também os docentes colocados pela primeira vez no Agrupamento são devidamente acolhidos pelo Conselho Executivo e pelos responsáveis pelas estruturas de coordenação e supervisão.

A oferta de acções de aperfeiçoamento profissional para o pessoal não docente é reduzida, tendo apenas os assistentes técnicos realizado, pontualmente, formação específica.

3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

As instalações, os espaços e os equipamentos são, em geral, adequados às necessidades do Agrupamento, sendo realizadas acções de manutenção e de segurança, com excepção das instalações eléctricas que não têm sido objecto de inspecção/vistoria.

Estão criados circuitos estáveis de difusão de informação entre a Escola Sede e as restantes unidades, possibilitando o acesso generalizado aos recursos e aos apoios disponíveis (técnicos de saúde, professores de educação especial, livros, projectos e materiais informáticos), no sentido de proporcionar as melhores condições de aprendizagem (p. ex., os alunos da Escola do 1.º Ciclo de S. Pedro de Rio Seco deslocam-se duas vezes por semana à Escola Sede para participarem nas actividades desportivas e da biblioteca).

São desenvolvidas iniciativas que têm permitido a angariação de receitas próprias, provenientes, sobretudo, da Câmara Municipal, da candidatura a projectos e dos lucros do bufete. Uma parte significativa das verbas do orçamento de despesas com compensação em receita é aplicada na aquisição de bens relacionados com o ensino e a aprendizagem.

3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

O reforço do envolvimento dos pais no Agrupamento constitui um dos objectivos do Projecto Educativo. Neste sentido, são realizadas reuniões, no início do ano, onde se presta informação detalhada sobre a organização pedagógica do jardim-de-infância e das escolas (p. ex., com a entrega da planificação curricular, do mapa de aulas previstas e de outros documentos orientadores) e é solicitado o seu contributo para as actividades das crianças e dos alunos, bem como para os diversos eventos escolares. A estratégia desenvolvida revela algum sucesso, sendo elevada a percentagem de pais/encarregados de educação que comparece na instituição para receber informações sobre os seus educandos, sobretudo nas reuniões de final de período onde são entregues as fichas de avaliação (p. ex., na primeira reunião do 6º ano estiveram presentes mais de 80%). Os seus representantes, bem como os da Autarquia e das instituições locais, participam regularmente nos trabalhos dos órgãos e das estruturas, empenhando-se na detecção e na resolução de problemas.

Está constituída uma associação de pais que procura mobilizar os encarregados de educação e colaborar na vida escolar (p. ex., revisão do Regulamento Interno, onde as suas propostas foram bem acolhidas).

A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia têm cooperado significativamente na organização da componente de apoio à família e das actividades de enriquecimento do currículo, bem como na manutenção das instalações e na aquisição de alguns equipamentos para a educação pré-escolar e 1.º ciclo.

3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

Os responsáveis escolares pautam a sua actuação por princípios de equidade e justiça, no respeito pelas regras definidas. As situações problemáticas são sinalizadas e as soluções para os conflitos são encontradas, predominantemente, através do diálogo e sem perder de vista as finalidades educativas. A instituição denota estar atenta aos problemas de aprendizagem e de inclusão, o que se traduz em acções diferenciadas, como, por exemplo, a disponibilização de apoios pedagógicos, o encaminhamento dos discentes para ofertas formativas e a prestação de auxílios económicos. Para as crianças e alunos das unidades mais afastadas são promovidas actividades regulares na Escola Sede (dois dias por semana).

4. LIDERANÇA

4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

Os Projectos Educativo e Curricular expressam uma visão de desenvolvimento futuro do Agrupamento, centrado na melhoria das competências dos discentes em diferentes áreas (Língua Portuguesa, Matemática e Tecnologias de Informação e Comunicação). Nestes documentos estão estabelecidas as prioridades de acção e algumas estratégias, designadamente para a integração escolar e o sucesso académico (p. ex., continuação e aprofundamento das actividades do Plano de Acção para a Matemática e do Plano Nacional de Leitura).

Existem metas quantificadas e avaliáveis, nomeadamente para os resultados escolares. Porém, estas não são plenamente assumidas pelos profissionais, o que não permite a avaliação sustentada dos progressos alcançados e a definição de planos de melhoria. Os departamentos curriculares não estabeleceram metas por disciplina e ano de escolaridade. Nalguns casos, particularmente na disciplina de Inglês do ensino básico, persistem taxas de insucesso superiores a 50% apesar das medidas implementadas (p. ex., no ano lectivo de 2007/08, Inglês 1 - 57,9% e Inglês 4 - 68,2%).

A oferta educativa é decidida por critérios de rentabilização dos recursos e de integração e recuperação dos alunos (p. ex., criação de cursos de educação e formação e cursos profissionais). No próximo ano lectivo (2009/10) está prevista a abertura de um curso profissional de Hotelaria, de forma a responder às necessidades da comunidade local.

4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

Os titulares dos órgãos de administração e gestão conhecem as suas competências, demonstram empenho no exercício de funções e disponibilidade para a resolução dos problemas. O Conselho Geral conta com a participação activa de todos os seus membros, debate questões relevantes, aprecia os documentos estratégicos e define orientações. O Conselho Executivo promove a articulação entre os órgãos e as estruturas pedagógicas, explorando a complementaridade de funções e mobilizando os diversos actores para o cumprimento dos objectivos. Este órgão revela algum dinamismo no desenvolvimento das relações com a comunidade.

As lideranças intermédias gozam de autonomia de acção, mas nem todas se afiguram determinantes na promoção de estratégias consistentes e eficazes, nomeadamente ao nível da sequencialidade das aprendizagens e da supervisão das actividades lectivas em contexto de sala de aula, com vista à melhoria dos resultados escolares.

De um modo geral, o pessoal docente e não docente mostra sentir-se bem no Agrupamento e empenhado no exercício das suas funções. Para atenuar os efeitos do absentismo dos professores, o Órgão de Gestão desenvolveu um adequado plano de ocupação plena dos tempos escolares dos alunos.

4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

Existe abertura a projectos e a soluções de gestão inovadoras, sobretudo no âmbito das tecnologias de informação e comunicação (p. ex., Computadores Redes e Internet na Escola e Plano TIC - Novas Tecnologias, Novas Práticas). Foram implementados projectos nacionais, como o Plano de Acção para a Matemática, o Plano Nacional de Leitura, o Plano de Educação para a Saúde e o Desporto Escolar, assumindo ainda relevo a adesão à Rede de Bibliotecas Escolares, cuja dinâmica tem tido impacto positivo na mobilização das crianças e dos alunos para a leitura e a investigação. É de salientar, também, a exploração da Internet, tendo sido criado um portal sugestivo, com blogs e ligação à plataforma *Moodle*, enquanto instrumento de comunicação entre os alunos e os professores, assim como de apoio às actividades de ensino e aprendizagem (p. ex., o grupo de Biologia disponibiliza resumos essenciais – especialmente sobre poluição e degradação de recursos, tratamento de águas residuais, crescimento da população humana e sustentabilidade – e possibilita o esclarecimento de dúvidas e a realização de testes online).

4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

O Agrupamento mantém uma rede alargada de protocolos e parcerias com várias instituições, traduzida na concretização de serviços significativos. Destacam-se a Câmara Municipal (actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo), o Centro Lúdico de Vilar Formoso (componente profissionalizante de alunos com necessidades educativas especiais), a Escola Superior de Educação da Guarda (formação de professores nas áreas da Matemática, Língua Portuguesa e Ciências Experimentais), o Centro de Saúde (atendimento de crianças e jovens), a Psicofoz (terapia da fala) e empresas (formação em contexto de trabalho). De salientar, também, o apoio das autarquias e das instituições locais no transporte dos discentes.

A dinamização do projecto Escolas Promotoras de Saúde e do Plano Nacional de Leitura, em articulação com a biblioteca, contribui para reforçar os hábitos de vida saudável e as competências linguísticas nos diferentes níveis de educação e ensino.

A ligação com a comunidade e a execução de projectos desempenham um importante papel no bom funcionamento escolar e na consecução do Plano Anual de Actividades.

5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DO AGRUPAMENTO

5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

Não foi criada uma equipa responsável pela avaliação interna. As práticas avaliativas centram-se na análise dos resultados escolares e da execução do Plano Anual de Actividades, efectuada pelo Conselho Pedagógico. O Conselho Executivo procede à monitorização do funcionamento das estruturas pedagógicas intermédias, mas não devolve informação sistematizada. Apesar da natureza pouco aprofundada destes procedimentos, tem sido possível realizar acções tendo em vista a melhoria das aprendizagens, por exemplo no âmbito da organização de apoios pedagógicos em disciplinas onde se verificam maiores dificuldades e da implementação de programas nacionais, como o Plano de Acção para a Matemática. Contudo, ainda não é visível o impacto destas medidas nos resultados dos alunos nas provas de aferição e exames nacionais.

5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

Os procedimentos de auto-avaliação da instituição possibilitam conhecer alguns dos pontos fracos, em particular no que respeita aos resultados escolares (p. ex., Língua Portuguesa e Matemática), mas existem áreas relevantes que não são objecto de avaliação, como, por exemplo, os processos de ensino e de aprendizagem e a organização e gestão. A ligação às estruturas locais, sobretudo à Câmara Municipal de Almeida, bem como o debate interno, têm também permitido identificar oportunidades, designadamente a abertura de um curso profissional de hotelaria.

No entanto, a falta de abrangência e consistência das práticas de avaliação interna do Agrupamento apresenta-se como limitadora do seu desenvolvimento sustentado.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresenta-se uma selecção dos atributos do **Agrupamento de Escolas de Vilar Formoso** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam o Agrupamento e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

Pontos fortes

- Melhoria da taxa de conclusão do ensino secundário, situando-se, no último ano lectivo, acima da nacional;
- Abertura à inovação e estabelecimento de uma rede de parcerias, com impacto relevante na melhoria das condições do desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem;
- Criteriosa planificação do ciclo anual de gestão e apropriada afectação dos recursos por parte do Conselho Executivo, que têm permitido responder às necessidades da instituição.

Pontos fracos

- Falta de regularidade nos resultados dos alunos nas provas de aferição e exames nacionais do 9.º ano, assim como na generalidade das disciplinas do ensino secundário;
- Insuficiente trabalho de articulação por parte das estruturas de gestão intermédia, que não potencia a sequencialidade das aprendizagens entre os vários anos de escolaridade e ciclos de estudo e ensino;
- Deficiente liderança dos responsáveis por alguns departamentos curriculares/grupos disciplinares que não fomenta a regulação dos processos de ensino e a implementação de planos eficazes que permitam ultrapassar o insucesso recorrente em algumas disciplinas;
- Falta de assumpção por parte dos profissionais das metas quantificáveis, que não possibilita a focalização nos resultados e a adequada aferição dos progressos alcançados;
- Ausência de abrangência e consistência das práticas de avaliação interna, que dificulta o conhecimento dos pontos fortes e fracos em áreas essenciais do Agrupamento e a identificação de estratégias adequadas ao seu progresso sustentado.

Oportunidade

- Candidatura ao programa do Ministério da Educação de apoio à concretização de projectos para a melhoria dos resultados escolares no ensino básico, o que poderá contribuir para o sucesso dos alunos.

Constrangimento

- Despovoamento do Concelho de Almeida e conseqüente diminuição da população escolar, o que poderá dificultar a manutenção de ofertas educativas diversificadas.